

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

Direito Constitucional

Poder Constituinte

Período 2010 - 2016

1) CESPE - Oficial Técnico de Inteligência (2010)

No que se refere ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), julgue o próximo item. A revisão constitucional realizada em 1993, prevista no ADCT, é considerada norma constitucional de eficácia exaurida e de aplicabilidade esgotada, não estando sujeita à incidência do poder reformador.

- () Certo
() Errado

2) FCC - Defensor Público - DPGE - SP (2012)

Emmanuel Joseph Sieyès (1748-1836), um dos inspiradores da Revolução Francesa, foi autor de um texto que teve grande repercussão na teoria do Poder Constituinte. O referido texto é:

- a) Que é o terceiro Estado?
b) O poder do terceiro Estado.
c) Que pretende o terceiro Estado?
d) Que tem sido o terceiro Estado?
e) A importância do terceiro Estado.

3) COPS UEL - Auditor Fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná (2012)

A Constituição da República Federativa do Brasil tem valor de norma suprema no ordenamento jurídico pátrio, tendo conquistado esse prestígio por intermédio da urdidura de fatos e ideias advindas do suceder da história. Para a concepção dos fundamentos em que a Constituição pátria se insere, houve duas tendências: a da Europa continental e a dos Estados Unidos da América. Nessa égide, assinale a alternativa correta a respeito do Poder Constituinte.

- a) As constituições são concebidas para durar no tempo, embora a evolução dos fatos sociais reclame por ajustes, portanto são inaceitáveis as mudanças meramente pontuais na Constituição, mas, sim, que seja alterada em seu todo.
b) Com o advento de uma nova Constituição Federal, todos os diplomas infraconstitucionais perdem o vigor, mesmo que com ela sejam compatíveis quanto ao seu conteúdo.
c) O Poder Constituinte Originário é permanente e subsiste fora da Constituição, sendo apto para manifestar-se a qualquer tempo, por isso trata-se de um poder permanente e incondicionado.
d) O Poder Constituinte Derivado está sujeito a limitações de forma e conteúdo e se exige um quórum para aprovação de emenda à Constituição de três quintos dos membros do Congresso Nacional em um turno de votação.
e) O titular do Poder Constituinte Originário é o Poder Legislativo, uma vez que esse Poder é quem representa o povo, sendo legítimo para disciplinar os fundamentos da vontade política da nação.

4) CESPE - Promotor de Justiça - MPE - TO (2012)

Com referência à CF e ao poder constituinte, assinale a opção correta.

- a) Os princípios constitucionais sensíveis estão previstos implicitamente na CF; os princípios constitucionais taxativamente estabelecidos limitam a ação do poder constituinte decorrente e os princípios constitucionais extensíveis se referem à estrutura da Federação brasileira.
- b) As normas programáticas são dotadas de eficácia jurídica, pois revogam as leis anteriores com elas incompatíveis; vinculam o legislador, de forma permanente, à sua realização; condicionam a atuação da administração pública e informam a interpretação e aplicação da lei pelo Poder Judiciário.
- c) A proposta de emenda constitucional não pode tratar de temas que formem o núcleo intangível da CF, tradicionalmente denominado como cláusulas pétreas, como, por exemplo, a separação de poderes e os direitos e garantias individuais.
- d) A CF pode ser classificada como promulgada, analítica, histórica e rígida.
- e) Poder constituinte derivado decorrente é o poder que os entes da Federação (estados, DF e municípios) têm de estabelecer sua própria organização fundamental, nos termos impostos pela CF.

5) FCC - Defensor Público - DPGE - RS (2011)

No que se refere ao Poder Constituinte, é INCORRETO afirmar:

- a) O Poder Constituinte genuíno estabelece a Constituição de um novo Estado, organizando-o e criando os poderes que o regerão.
- b) Existe Poder Constituinte na elaboração de qualquer Constituição, seja ela a primeira Constituição de um país, seja na elaboração de qualquer Constituição posterior.
- c) O Poder Constituinte derivado decorre de uma regra jurídica constitucional, é ilimitado, subordinado e condicionado.
- d) Quando os Estados-Federados, em razão de sua autonomia político-administrativa e respeitando as regras estabelecidas na Constituição Federal, auto-organizam-se por meio de suas constituições estaduais estão exercitando o chamado Poder Constituinte derivado decorrente.
- e) Para parte da doutrina, a titularidade do Poder Constituinte pertence ao povo, que, entretanto, não detém a titularidade do exercício do poder.

6) FCC - Técnico Judiciário - TRE - RS (2010)

Em matéria de Poder Constituinte analise:

- I. O poder que a Constituição da República Federativa do Brasil vigente atribui aos estados-membros para se auto organizarem, por meio da elaboração de suas próprias Constituições.
 - II. O poder que tem como característica, dentre outras, a de ser ilimitado, autônomo e incondicionado. Esses poderes dizem respeito, respectivamente, às espécies de poder constituinte
- a) decorrente e originário.
 - b) derivado e reformador.
 - c) reformador e revisor.
 - d) originário e revisor.
 - e) decorrente e derivado.

7) SMA-RJ Auditor de Controle Externo - TCM - RJ (2011)

A alteração do significado e sentido das normas constitucionais, sem necessidade de alteração de seu texto, caracteriza o fenômeno da:

- a) mutação constitucional
- b) reforma constitucional
- c) interpretação negativa constitucional
- d) teoria dos poderes implícitos constitucionais
- e) comparação constitucional

8) SMA-RJ Auditor de Controle Externo - TCM - RJ (2011)

O Poder Constituinte Originário inicia um novo ordenamento jurídico constitucional, acabando por criar de fato um novo Estado. Tal Poder, além de inicial, é visto pela doutrina como autônomo, ilimitado e incondicionado. Já o Poder Constituinte Derivado é criado pelo Originário, devendo obedecer, portanto às normas de seu instituidor. Com respeito ao Poder Constituinte Derivado, verifica-se que o:

- a) reformador foi limitado ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e não pode mais ser aplicado à Constituição Federal Brasileira
- b) reformador é verificado por meio de medidas provisórias e leis complementares
- c) decorrente se liga à capacidade de auto-organização da União
- d) decorrente se estende aos Estados, mas não aos Municípios
- e) revisor tem como forma de manifestação as emendas constitucionais de revisão, sem as limitações referentes às emendas de reforma

9) CESPE - Analista Judiciário - TRE - MS (2013)

Acerca do poder constituinte, assinale a opção correta.

- a) O voto direto, secreto, universal e periódico é considerado cláusula pétrea da CF.
- b) O STF admite o controle judicial de constitucionalidade de norma criada pelo poder constituinte originário.
- c) O poder constituinte originário é inicial, incondicionado, mas limitado aos princípios da ordem constitucional anterior.
- d) A CF exige a participação do presidente da República no processo legislativo de elaboração de uma emenda constitucional, seja mediante o veto, seja mediante a sanção.
- e) O controle judicial da constitucionalidade de emendas à CF é juridicamente impossível no Brasil.

10) CEPERJ - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - SEPLAG - RJ (2010)

Pelo estudo histórico das Constituições, uma das formas básicas de expressão do poder constituinte originário é:

- a) a Competência Reformadora
- b) a Imutabilidade Constitucional

- c) a Constituição Histórica
- d) o Movimento Contratualista
- e) o Movimento Revolucionário

11) CESPE - Analista do Executivo – SEGER - ES (2013)

Acerca do poder constituinte, assinale a opção correta.

- a) A lei orgânica municipal, por ser fruto do poder constituinte derivado decorrente, pode ser parâmetro para o controle de constitucionalidade municipal.
- b) Um dos limites ao poder constituinte derivado reformador de revisão previstos pela CF é o quórum qualificado de aprovação, de três quintos.
- c) Para a maioria da doutrina constitucional, a CF foi produto do poder constituinte originário, pois implicou a ruptura com o regime político anterior e o estabelecimento de novos valores constitucionais.
- d) A CF proibiu a elaboração de emendas constitucionais durante o período eleitoral, sendo este um limite circunstancial ao poder constituinte derivado reformador.
- e) A proposta de emenda constitucional que pretenda abolir o direito à educação não viola a CF, pois os direitos sociais não são limites materiais ao poder constituinte derivado reformador.

12) CESPE - Defensor Público - DPGE - RO (2012)

Assinale a opção correta a respeito do poder constituinte e da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

- a) Compete ao poder constituinte decorrente elaborar e modificar as constituições dos estados-membros da Federação.
- b) O poder constituinte reformador é, por característica, incondicionado.
- c) A mutação constitucional é expressão do poder constituinte derivado.
- d) Denomina-se repristinação o fenômeno pelo qual a constituição nova recebe a ordem normativa infraconstitucional anterior, surgida sob égide das constituições precedentes, quando compatível com o novo ordenamento constitucional.
- e) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão tem por escopo controlar apenas as omissões legislativas.

13) CESPE - Analista Judiciário - CNJ (2013)

Julgue o item seguinte, referente à teoria constitucional.

O poder constituinte é inicial, autônomo e condicionado, exprimindo a ideia de direito prevalente no momento histórico e que moldará a estrutura jurídica do Estado.

- () Certo
- () Errado

14) CESPE - Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual - ANCINE (2012)

No que concerne a princípios constitucionais, intervenção federal e processo legislativo, julgue o seguinte item.

Poder constituinte é o poder capaz de estabelecer normas constitucionais; seja, por exemplo, as de uma nova Constituição – poder constituinte originário –, seja as que modifiquem uma Carta já existente – poder constituinte derivado.

- Certo
 Errado

15) Comissão Examinadora - Juiz do Trabalho - TRT 8ª Região (2012)

A respeito do poder constituinte, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O poder constituinte originário é inicial, autônomo e incondicionado, não estando adstrito aos limites existentes no ordenamento jurídico anterior. Sendo assim, por ter, como objetivo fundamental, a criação de uma nova ordem jurídica, seu titular é a assembleia nacional constituinte, formada por parlamentares eleitos para este fim.
- b) O poder constituinte derivado é sempre reformador, manifestando-se através da edição de emendas constitucionais, tendo atuação limitada, condicionada ao conteúdo das normas constitucionais existentes.
- c) Em decorrência da sua capacidade de auto-organização, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios podem instaurar sua própria ordem jurídica por meio de sua Constituição, conforme previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.
- d) O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal estabeleceu, não apenas o quorum de aprovação, mas também o período em que a revisão constitucional deveria ocorrer e não previu outras revisões além daquela por ele referida.
- e) O poder constituinte reformador pode ser exercido na vigência de intervenção federal.

16) CESPE - Técnico Judiciário - TRT 10ª Região (2013)

Julgue o item seguinte, relativo à organização político-administrativa e à administração pública, considerando o disposto na Constituição Federal (CF) e a interpretação doutrinária sobre a matéria. O poder constituinte estadual classifica-se como decorrente, em virtude de consistir em uma criação do poder constituinte originário, não gozando de soberania, mas de autonomia.

- Certo
 Errado

17) CESPE - Analista Judiciário - TRT 10ª Região (2013)

Em determinado país, como resultado de uma revolução popular, os revolucionários assumiram o poder e declararam revogada a Constituição então em vigor. Esse mesmo grupo estabeleceu uma nova ordem constitucional consistente em norma fundamental elaborada por grupo de juristas escolhido pelo líder dos revolucionários. Com base nessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

A nova Constituição desse país não pode ser considerada uma legítima manifestação do poder constituinte originário, visto que sua outorga foi feita sem observância a nenhum procedimento de aprovação predeterminado.

- () Certo
() Errado

18) Comissão Examinadora - Juiz do Trabalho - TRT 3ª Região (2012)

Assinale a opção correta, após a análise das afirmativas abaixo:

I - A manifestação do poder constituinte reformador verifica-se por meio das emendas constitucionais. Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

II - A proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta de emenda.

III - A Constituição poderá ser emendada mediante proposta: de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, do Presidente da República, de mais de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

IV - A revisão constitucional só pode ser realizada uma única vez. A revisão constitucional deve ocorrer pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral. A revisão constitucional deve ser realizada no máximo após cinco anos da promulgação da Constituição, não estando vinculada a resultado de plebiscito.

V - A revisão constitucional deve ser votada pela maioria absoluta do Congresso Nacional e esta revisão não pode versar sobre: a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais, também não pode substituir integralmente a Constituição, não pode dizer respeito a mais de um dispositivo, a não ser que se tratem de modificações correlatas e também não pode contrariar a forma republicana de Estado e o sistema presidencialista de governo.

- a) Somente as afirmativas I e II estão corretas;
b) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
c) Somente as afirmativas III e V estão corretas.
d) Somente as afirmativas I e V estão corretas.
e) Todas as afirmativas estão corretas.

19) CESPE - Juiz Federal - TRF 3ª Região (2011)

Com relação a poder constituinte originário, tipologia das constituições, hermenêutica e mutação constitucional, assinale a opção correta.

- a) Quanto ao conteúdo, considera-se constituição formal aquela dotada de supremacia, que, como norma fundamental e superior, regula o modo de produção das demais normas do ordenamento jurídico.
b) As normas constitucionais são espécies de normas jurídicas, e, como tal, sua interpretação baseia-se em conceitos e elementos clássicos da interpretação em geral, não sendo possível afirmar, portanto, que, no

campo hermenêutico, as normas constitucionais apresentam especificidades que as diferenciam das demais normas.

c) A mutação constitucional ocorre por interpretação judicial ou por via de costume, mas não pela atuação do legislador, pois este age apenas editando normas de desenvolvimento ou complementação do texto constitucional, dentro dos limites por este imposto.

d) Conforme determinação expressa do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cabe aos estados, ao DF e aos municípios exercer o poder constituinte decorrente, entendido como a capacidade desses entes federativos de se autoorganizarem de acordo com suas próprias constituições, respeitados os princípios impostos, de forma explícita ou implícita, pela CF.

e) O poder constituinte originário é a expressão das decisões soberanas da maioria de um povo, em dado momento histórico; esse poder se manifesta em uma assembleia constituinte soberana, responsável por inaugurar uma nova ordem jurídica.

20) FCC - Auditor Substituto de Conselheiro - TCE - RO (2010)

Suponha que esteja tramitando no Congresso Nacional proposta de Emenda Constitucional para alterar o artigo 29, VIII, com o intuito de ampliar a inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos para além da circunscrição do Município. Esta proposta de Emenda Constitucional

a) não poderá ser aprovada porque afronta o Poder Constituinte Originário, o qual não permite que restrições de direitos sejam modificadas.

b) é uma manifestação do Poder Constituinte Derivado Reformador e, portanto, não poderá ser aprovada por desrespeitar a cláusula pétrea da separação de poderes e da federação.

c) é uma manifestação do Poder Constituinte Derivado Reformador que não afronta os limites materiais da Constituição e, portanto, poderá ser aprovada.

d) poderá ser aprovada, mas sua aplicabilidade dependerá de alteração do texto das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas Municipais, por imposição do Poder Constituinte Derivado Decorrente.

e) é uma manifestação do Poder Constituinte Derivado Decorrente e, portanto, não poderá ser aprovada por afrontar a cláusula pétrea da separação de poderes e da federação.

21) FCC - Procurador do Tribunal de Contas de Rondônia - PTCE - RO (2010)

O Poder Constituinte Reformador, no Brasil,

a) é fundamento de validade para que os Estados- Membros da Federação promulguem Constituições próprias com a aprovação das respectivas Assembleias Legislativas.

b) permite que a Constituição Federal seja emendada, por meio de revisão constitucional, desde que haja o voto favorável de três quintos de Deputados e Senadores, em sessão unicameral.

c) está materialmente limitado à forma federativa de Estado, à separação de poderes, à forma republicana, ao sistema presidencialista, bem como aos direitos e garantias fundamentais segundo disposição expressa do texto constitucional.

d) pode se manifestar por meio de emendas à Constituição, cujo projeto pode ser proposto por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

e) é caracterizado como derivado, limitado, circunstanciado e inicial.

22) CESPE - Procurador do Banco Central do Brasil - BACEN (2013)

No que se refere ao poder constituinte, ao preâmbulo da CF e ao ADCT, assinale a opção correta.

- a) As normas do ADCT são normas constitucionais, com o mesmo status jurídico e mesma hierarquia das demais normas previstas no texto principal.
- b) De acordo com o entendimento do STF, o preâmbulo da CF constitui norma central que deve ser reproduzida obrigatoriamente nas constituições estaduais.
- c) As normas acrescentadas ao ADCT pelo poder constituinte de reforma não admitem controle de constitucionalidade.
- d) Para que o poder constituinte originário possa expressar-se validamente, mediante a instalação de uma nova ordem jurídica, é imprescindível a consulta prévia ao titular do poder.
- e) O exercício do poder constituinte derivado não deve obediência às normas de natureza procedimental estabelecidas pelo legislador constituinte originário.

23) UEPA - Auditor Fiscal de Receitas Estaduais - SEFA - PA (2013)

O constitucionalismo é um movimento anterior ao advento das Constituições modernas e plasmou as democracias liberais. Na sua base, a teoria do Poder Constituinte altera profundamente as concepções anteriores sobre os fundamentos do poder político. No que se refere a teoria supracitada é correto afirmar que:

- I. O poder constituinte originário é o que faz a Constituição e, em razão da estrita legalidade, obedece limites formais, sendo essencialmente jurídico.
- II. O poder constituído ou derivado conhece limitações tácitas e expressas, sendo poder notadamente jurídico, tendo como objeto a reforma do texto constitucional.
- III. De acordo com a doutrina da soberania nacional, o poder constituinte é exercido pelos órgãos constituídos de uma nação, como titulares de uma soberania ordinária.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

- a) I
- b) III
- c) I e II
- d) II
- e) I e III

24) UEPA - Fiscal de Receitas Estaduais - SEFA - PA (2013)

A teoria do poder constituinte é fundamental para a construção da legitimidade do Estado de Direito e para a democracia ocidental posterior às revoluções liberais. A seu respeito, é correto afirmar que:

- I. O poder constituinte originário é o que faz a Constituição e não se prende a limites formais, sendo essencialmente político ou extrajurídico.
- II. O poder constituído ou derivado conhece limitações tácitas e expressas, sendo poder notadamente

jurídico, tendo como objeto a reforma do texto constitucional.

III. De acordo com a doutrina da soberania nacional, o poder constituinte é exercido pelos órgãos constituídos de uma nação, como titulares de uma soberania ordinária.

A alternativa que contém todas afirmativas corretas é:

- a) I
- b) III
- c) I e II
- d) I e III
- e) II e III

25) FGV - Analista Judiciário I - TJ - AM (2013)

Leia as afirmativas a seguir.

I. Os Estados da Federação editam suas constituições por meio do Poder _____.

II. O Poder constituinte _____ não pode desrespeitar o direito adquirido.

III. Encontram-se positivadas no artigo 60, § 4º, da Constituição da República limitações ao Poder Constituinte _____.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas das afirmativas acima.

- a) decorrente - derivado - derivado.
- b) derivado - originário - derivado.
- c) decorrente - originário - decorrente.
- d) derivado - decorrente - originário.
- e) decorrente - originário - derivado.

26) FCC - Gestor Público - SEAD - PI (2013)

Com a Constituição Federal de 1988, deixou de constar do texto constitucional como limite material ao poder de reforma

- a) os direitos e garantias individuais.
- b) a forma republicana de governo.
- c) a forma federativa de Estado.
- d) o voto direto, secreto, universal e periódico.
- e) a separação dos Poderes.

27) FCC - Gestor Público - SEAD - PI (2013)

EMENTA: – Ação direta de inconstitucionalidade. Parágrafos 1o e 2o do artigo 45 da Constituição Federal – A tese de que há hierarquia entre normas constitucionais originárias dando azo à declaração de inconstitucionalidade de umas em face de outras e impossível com o sistema de Constituição rígida. – Na atual Carta Magna “compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição”

(artigo 102, caput), o que implica dizer que essa jurisdição lhe é atribuída para impedir que se desrespeite a Constituição como um todo, e não para, com relação a ela, exercer o papel de fiscal do Poder Constituinte originário, a fim de verificar se este teria, ou não, violado os princípios de direito suprapositivo que ele próprio havia incluído no texto da mesma Constituição.

– Por outro lado, as cláusulas pétreas não podem ser invocadas para sustentação da tese da inconstitucionalidade de normas constitucionais inferiores em face de normas constitucionais superiores, porquanto a Constituição as prevê apenas como limites ao Poder Constituinte derivado ao rever ou ao emendar a Constituição elaborada pelo Poder Constituinte originário, e não como abarcando normas cuja observância se impôs ao próprio Poder Constituinte originário com relação às outras que não sejam consideradas como cláusulas pétreas, e, portanto, possam ser emendadas.

Ação não conhecida por impossibilidade jurídica do pedido. (STF, Ação Direta de Inconstitucionalidade no 815-3/RS, Relator o Ministro Moreira Alves, DJ de 10.05.1996)

Dessa Ementa é correto concluir que

- a) não cabe ação direta de inconstitucionalidade contra normas constitucionais acrescentadas à Constituição por Emenda Constitucional.
- b) há algumas normas constitucionais que são mais importantes que outras, de modo que é possível sustentar a ocorrência de hierarquia inclusive entre normas constitucionais originárias.
- c) o Supremo Tribunal Federal não pode declarar a inconstitucionalidade de regra constitucional originária que abre exceção a princípio constitucional igualmente originário, por mais importante que ele seja.
- d) cabe ação direta de inconstitucionalidade contraproposta de emenda constitucional.
- e) as cláusulas pétreas limitam o próprio poder constituinte originário.

28) CETRO - Procurador da Prefeitura de Campinas (2012)

Acerca do Poder Constituinte originário e derivado, analise as assertivas abaixo.

- I. Pode ocorrer mudança no sentido e conteúdo de uma Constituição sem alteração de seu texto e este fenômeno denomina-se mutação constitucional.
- II. Poder Constituinte Derivado Decorrente é o responsável pela elaboração ou reforma das Constituições Estaduais.
- III. O Poder Constituinte Originário é inicial, autônomo e incondicionado.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

29) FUNDATEC - Auditor do Estado - CAGE - RS - (2014)

O poder constituinte originário apresenta uma série de especificidades, dentre as quais é possível destacar as seguintes características:

- a) Inicial, autônomo, ilimitado e incondicionado.
- b) Inicial, autônomo, limitado e condicionado.
- c) Inicial, autônomo, ilimitado e vinculado.
- d) Vinculado, condicionado, limitado e autônomo.
- e) Vinculado, difuso, ilimitado e condicionado.

30) VUNESP - Juiz Estadual - TJ - SP (2013)

O exercício do Poder Constituinte Derivado, nos termos expressos da Constituição Federal de 1988,

- a) pode revelar-se por meio de projeto de iniciativa popular, nos termos expressamente previstos na Constituição Federal, exercido pela apresentação de projeto à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) permite a reforma da Constituição, desde que a Proposta de Emenda à Constituição seja votada e aprovada, em dois turnos, se obtiver, em cada casa do Congresso, dois terços dos votos dos respectivos membros.
- c) pode revelar-se nas Emendas à Constituição, iniciadas por proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- d) permite a reforma da Constituição, desde que a Proposta de Emenda à Constituição seja votada e aprovada em sessão unicameral, em dois turnos, por dois terços de Deputados e Senadores.

Gabarito

1 CERTO	2 A	3 C	4 B	5 C
6 A	7 A	8 D	9 A	10 E
11 C	12 A	13 ERRADO	14 CERTO	15 D
16 CERTO	17 ERRADO	18 D	19 A	20 C
21 D	22 A	23 D	24 C	25 A
26 B	27 C	28 E	29 A	30 C



Direito Constitucional

Poder Constituinte

Período: 2010 - 2016

